

**4ª CÂMARA CÍVEL**

ED no RA na Apelação Cível nº 315946-0

23ª Vara Cível (Recife)

Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Embargado: Antônio Berto de Souza Neto (adolescente) representado por sua genitora Cícera Pereira da Silva

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relator (substituto): Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

**ACÓRDÃO**

**EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS - DPVAT. JUROS MORATÓRIOS. DANOS MORAIS. DISCUSSÃO DE QUESTÕES NÃO MENCIONADAS NA APELAÇÃO CÍVEL OU NAS CONTRARRAZÕES. PRECLUSÃO LÓGICA. CONFIGURAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. CONHECIMENTO PARA FINS PREQUESTIONADORES. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Os embargos de declaração constituem recurso de estritos limites processuais cujo cabimento requer estejam presentes os pressupostos legais insertos no art. 535 do Código de Processo Civil, assim, somente são cabíveis nos casos de eventual obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não estando a decisão embargada eivada de omissão, contradição ou obscuridade, ou ainda erro material, inexistente ofensa ao disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.
2. A não menção sobre o tema (juros moratórios e danos morais) no recurso apelatório, implica em sua aceitação, pela parte sucumbente, acarretando, por via de consequência, a preclusão lógica do direito de recorrer sobre tal capítulo.
3. A rediscussão, através de Embargos de Declaração, de questões de mérito já resolvidas (correção monetária) configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.
4. Embargos improcedentes e conhecidos para fins de prequestionamento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 315946-0**, da Comarca de Recife, em que figuram como Embargante **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, e como Embargado **A.B.S.N. (adolescente)** representado por sua genitora **Cícera Pereira da Silva**,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer dos presentes Embargos de Declaração opostos por **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, exclusivamente para fins de prequestionamento, mas, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de maio de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Des. Relator (substituto)

Ed A



**4ª CÂMARA CÍVEL**

ED no RA na Apelação Cível nº 315946-0

23ª Vara Cível (Recife)

Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Embargado: Antônio Berto de Souza Neto (adolescente) representado por sua genitora Cícera Pereira da Silva

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relator (substituto): Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

**RELATÓRIO**

**Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A** interpõe os presentes embargos de declaração em face da decisão proferida no Recurso de Agravo em apenso, cujo acórdão foi assim ementado:

**EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. MORTE. CONSTITUCIONALIDADE DA VINCULAÇÃO DA INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 11.482/2007. CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. JUROS MORATÓRIOS. PRECLUSÃO LÓGICA. SOBRESTAMENTO DA LIDE EM VIRTUDE DE ADI 4.627/DF. NÃO CABIMENTO. RECURSO IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Verificada a carência de interesse recursal da agravante no tocante à possibilidade de vinculação da indenização ao salário mínimo, à constitucionalidade da Lei nº 11.482/07 e à correção monetária, na medida em que a decisão terminativa monocrática acolheu o pedido quanto a estes pontos.

2. Montante indenizatório fixado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em função da alteração sofrida na Lei nº 6.194/74 – Lei do Seguro DPVAT – pela Medida Provisória 340/2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.482/2007, que determinou que a indenização, em caso de morte, fica limitada a tal quantia.

3. Correção monetária a partir do ajuizamento da ação. Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A não menção sobre o tema (juros moratórios) no recurso apelatório, implica em sua aceitação, pela parte sucumbente, acarretando, por via de consequência, a preclusão lógica do direito de recorrer sobre tal capítulo.

5. Impossibilidade de sobrestamento da ação. Hipótese fática divergente do caso em apreço. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.627/DF se refere à questão do pagamento e reembolso referentes aos serviços hospitalares prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto a presente lide se refere à indenização decorrente de óbito oriundo de acidente automobilístico.

6. Recurso de Agravo improcedente. Decisão Unânime.

A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A apresentou os presentes Embargos de Declaração (fls. 190/198) com efeitos modificativos para alterar a data de incidência da correção monetária e juros moratórios, além de retirar a condenação em danos morais, saneando a omissão quanto a esses pontos.

Nesse sentido, aponta inexistência de danos morais, ocorrendo apenas mero aborrecimento e aponta a necessidade de fixação da incidência dos juros moratórios e da correção monetária a partir da citação.

Aduz, ainda, o interesse de ter prequestionada a matéria anteriormente posta em sede recursal.

Não há resposta do embargado, conforme certidão de fls. 209.

É o relatório.

Recife, 22 de maio de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Des. Relator (substituto)

Ed A

177E  
214  
100

#### 4ª CÂMARA CÍVEL

ED no RA na Apelação Cível nº 315946-0

23ª Vara Cível (Recife)

Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Embargado: Antônio Berto de Souza Neto (adolescente) representado por sua genitora Cícera Pereira da Silva

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relator (substituto): Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

#### VOTO

Previamente, importante ressaltar que os embargos de declaração possuem natureza de integração com a decisão que está sendo embargada e não possui o caráter inconformista comum dos recursos em geral, que se prestam a devolver ao órgão colegiado o reexame da matéria questionada.

Com efeito, destaco que a lei processual exige que o julgado objeto de embargos de declaração demonstre a existência, separada ou conjuntamente, de omissão, contradição, obscuridade e erro material.

*Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:*

*I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;*

*II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.*

No caso em apreço, a embargante aponta a existência de omissão na decisão embargada, nos termos do art. 535, II do CPC, com finalidade evidente de prequestionamento.

Não há empecilhos quanto ao prequestionamento aventado, até porque se exige que a matéria ulteriormente a ser remetida a conhecimento do STJ, vontade expressamente defendida pela embargante, seja debatida na corte originária, e o veículo mais comumente utilizado para isso são os embargos de declaração. Se não fosse assim, o recurso especial que a embargante pretende manejar sequer seria conhecido.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEGISLAÇÃO FEDERAL ALEGADA COMO VIOLADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. NECESSIDADE. EXAME DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. [...] 2. A leitura atenta do acórdão combatido, integrado pelo pronunciamento da origem em embargos de declaração, revela que os artigos insertos na Lei Federal n. 9.394/96, bem como as teses a eles vinculadas não foram objeto de debate pela instância ordinária, o que atrai a aplicação da Súmula n. 211 desta Corte Superior, inviabilizando o conhecimento do especial no ponto por ausência de prequestionamento. 3. O prequestionamento constitui pressuposto indispensável, inclusive no que concerne ao recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alínea b, da CF/88, razão pela qual a ausência de prévio pronunciamento da Corte de origem, acerca da legislação federal alegada como violada implica o não conhecimento do recurso. [...] (EDcl no AREsp 411.294/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 10/02/2014) – [destaquei]*

Em suas razões recursais, a embargante sustenta que não houve menção à data de incidência dos juros moratórios. Entretanto, não vislumbro a ocorrência da omissão apontada. Ocorre que, conforme devidamente exposto quando do julgamento do agravo, o capítulo referente aos juros moratórios não foi abordado no momento processual devido, a saber, na apelação cível.

Dessa forma, houve concordância tácita do apelante, ora embargante, com as disposições presentes na sentença sobre tal assunto, sendo os embargos de declaração um meio de rediscutir matéria já resolvida.

Novamente cito Fredie Didier, que discorre sobre a temática:

*"A preclusão lógica consiste na perda de faculdade/poder processual por se ter praticado ato incompatível com seu exercício. Advém, assim, da prática de ato incompatível com o exercício da faculdade/poder processual. Trata-se da impossibilidade em que se encontra a parte de praticar determinado ato ou postular certa providência judicial em razão da incompatibilidade existente entre aquilo que agora a parte pretende e sua própria conduta processual anterior." (Curso de Direito Processual Civil - Teoria Geral e Processo de Conhecimento, Ed. JusPodium, vol. I, 2007. p. 252)*

De modo similar, a embargante alega que não ocorreram os danos morais vislumbrados em sede de sentença, uma vez que aconteceram apenas meros dissabores do cotidiano. Todavia, o embargante menciona pela primeira vez, apenas em sede de aclaratórios, a irrisignação com a decisão da sentença de primeira instância.

Ora, se não houve concordância em relação a tal capítulo da decisão, tal indignação deveria ser suscitada quando da proposição do recurso apelatório e não em sede de embargos declaratórios.

Em relação à correção monetária, tenho que o voto que embasou a decisão recorrida analisou detalhadamente a questão atinente à correção monetária, não existindo omissão quanto a este ponto.

Em verdade, o que se percebe claramente, consoante se depreende da leitura das razões da embargante, é que esta pretende, por via oblíqua, reexaminar a matéria, já decidida quando do julgamento do recurso de agravo; bem como alterar a conclusão do julgado, o que, como já foi dito, não é admitido na espécie, em face dos estreitos limites do art. 535 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. ANISTIA. MAGISTRADO IMPOSSIBILITADO DE CONTINUAR EXERCENDO FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO EM RAZÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 7/1977. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REEXAME. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. SEGUNDOS ACLARATÓRIOS. INCONFORMISMO. 1. Hipótese em que ficou assentado expressamente que: a) a alegação de afronta aos arts. 2º, 16 e 19 da Lei 10.559/2002, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo. Incide a Súmula 211/STJ; e b) o Tribunal de origem concluiu, com base na prova dos autos, que o afastamento do magistério não decorreu de perseguição ou de qualquer ato de exceção endereçado ao agravante, mas sim por força de um novo regime jurídico instituído em norma geral (Emenda Constitucional 7/1977) aplicável a todos os magistrados (fls. 625 e 650, e-STJ). A revisão dessa orientação implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ. 2. Esta Turma desproveu o recurso com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado. 3. Os argumentos do embargante denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a controvérsia, não se prestando os segundos aclaratórios a esse fim. 4. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que os segundos Embargos de Declaração só se prestam a corrigir falhas na prestação jurisdicional existentes no julgamento dos primeiros Embargos de Declaração, e não do acórdão principal. 5. Segundos Embargos de Declaração rejeitados com a advertência de que a reiteração será considerada expediente protelatório sujeito à multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 187.963/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 06/12/2013) – [destaquei]

216  
16

Tendo-se em conta que o voto que embasou a decisão recorrida não padece de qualquer dos vícios a que se refere o art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, posto que analisou detalhadamente a questão atinente à correção monetária e que houve configuração da preclusão lógica, visto que não tenha ocorrido menção aos juros moratórios e aos danos morais no recurso apelatório, ocorrendo, dessa forma, concordância tácita da recorrente com as disposições da sentença quanto a esses capítulos, sendo incompatível e contraditória a atual irresignação sobre o tema, entendo pelo improvimento dos presentes aclaratórios, uma vez que os presentes Embargos de Declaração revelam-se como mais uma repetição das mesmas e infecundas alegações do embargante.

Por tais razões, ao tempo em que conheço do recurso, para fins de prequestionamento, voto no sentido de negar provimento, por não vislumbrar na espécie qualquer dos vícios do art. 535, do Código de Processo Civil.

Assim sendo, sem mais o que ser discutido, e diante da ausência de contradição, omissão, obscuridade ou erro material, entendo que a decisão embargada deve ser mantida sem qualquer alteração, razão pela qual voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Des. Relator (substituto)